

Novembro 2014



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS**

Ata da Assembléia Ordinária do
Conselho Estadual de Políticas
sobre Drogas

Ao décimo primeiro dia do mês de novembro de 2014, às 10h50, à Rua Jacy Loureiro Campos, s/n, Centro Cívico, Curitiba/PR, na sala de reuniões do sétimo andar do Palácio das Araucárias, realizou-se a presente Assembléia Ordinária. Iniciou a sessão estando presente 16 conselheiros: Pedro Giamberardino (SEJU), Carlos Alberto Peixoto (SEJU), Luiz Aparecido Balan (SEED), Maristela da Costa Sousa (SESA), Lucília Amaral Fontanari (SETI), Renan de Oliveira Rodrigues (SETS), Douglas Sabatini Dabul (Polícia Militar do PR e Presidente do CONESD), Dalton Gean Perovano (Polícia Militar do Paraná), Cristina Corso Ruaro (MP/PR), Marcel Cezar Julião Pereira (CRP), Diana de Lima e Silva (SINDIJOR PR), Eugenio Rozetti Filho (AMP), Alex Sandro Chaves (AMP), Luiz Carlos Hauer (COMPACTA), Reginaldo da Silva Gouvea (SINEPE) e Araci Asinelli da Luz (UFPR e Vice-Presidente do CONESD). O Presidente do Conselho, Douglas Sabatini Dabul iniciou a sessão solicitando a deliberação dos conselheiros acerca da definição da metodologia de trabalho das câmaras técnicas, definindo-se como sugestão breve reunião da Câmara Técnica seguida da reunião plenária no período da manhã, sendo que as câmaras técnicas tem autonomia para definir suas datas de encontro, assim como a metodologia de trabalho. Em seguida deu-se sequência para a indicação dos respectivos coordenadores e relatores de cada câmara técnica, assim os definindo: Câmara 1) Prevenção e educação – coordenador Luiz Aparecido Balan e relator Reginaldo da Silva Gouvea. Luiz Aparecido Balan informou que haviam dois protocolados para serem analisados pela manhã, e que um o foi feito e o outro ficará para a próxima reunião. A Conselheira Araci Asinelli propôs a integração da câmara de prevenção (nº 1) com a câmara de estudo, pesquisas e avaliações (nº5), o que foi acatado pelos presentes. A Conselheira Cristina Ruaro, então, propôs a integração das câmaras 2 e 3, tendo igual acolhimento. A Câmara 2) Tratamento, Atenção e Reinserção e a Câmara 3) Redução dos Danos Sociais e à Saúde indicaram como coordenador Carlos Alberto Peixoto e como relator Marcel Cezar Julião Pereira.

O Conselheiro Luiz Carlos Hauer acrescentou que a COMPACTA vai estabelecer um plano de modelo terapêutico, e a partir deste elaborar uma instrução normativa para que as comunidades terapêuticas conveniadas sigam esta linha estabelecida. A Câmara 4) Redução de Oferta estabeleceu como coordenadora a Conselheira Cristina Ruaro e como relator o Conselheiro Alex Sandro Chaves. Relatou-se que na presente reunião da câmara deliberaram sobre a realização de uma busca por demanda na questão do tráfico e da oferta de drogas, e de busca por registros nos sistemas de informação das polícias para analisar, articular e discutir estratégias de atuação na área da redução de oferta. O Conselheiro Eugenio Rozetti Filho acrescentou que deve ser levado aos municípios a necessidade e importância da criação de Conselhos Municipais sobre Drogas, a partir da divulgação de um passo a passo de como fazê-lo. A Conselheira Cristina Ruaro sugeriu que nas reuniões periódicas da Associação dos Municípios o CONESD fosse convidado a participar, sendo que o Conselheiro Pedro Giamberardino sugeriu a apreciação conjunta de cartilha recentemente elaborada pelo DEPSD para criação de Conselhos Municipais com intuito de simplificar as orientações destacando-se a proatividade de Juízes e Promotores no interior do Estado para implementação. A Conselheira Cristina Ruaro sugeriu o encaminhamento de ofício solicitando orientação da Corregedoria do TJ aos Juízes. O Conselheiro Alex Sandro alegou que além dessa iniciativa deve se articular a promoção de boas práticas com os Conselhos Municipais que já existem e estão em funcionamento, com apoio do Conselho Estadual. A Câmara 5) Estudos, pesquisas e avaliações indicou para a coordenação pelo Capitão Dalton Gean Perovano e como relatora Lucilia Amaral Fontanari. O Conselheiro Pedro Giamberardino sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para a análise do Termo de Referência do Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas e apresentação da redação para análise da plenária no dia 09 (nove) de dezembro. Após deliberação, constituiu-se o Grupo de Trabalho com os representantes das seguintes instituições: Ministério Público, Sindicato dos Jornalistas, Universidade Federal do Paraná, Conselho Regional de Psicologia, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, além do Pedro Giamberardino e Coronel Dabul na relatoria. Em sequência deu-se início a apresentação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná, pela servidora Cineiva Campoli Paulino Tono, já enviado previamente pelo Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (DEPSD) para todos os conselheiros. Enfatizou-se a importância da política sobre drogas no Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e fatores de risco importantes de serem tratados com prioridade como a dependência em tecnologia. Retornando aos demais temas da pauta, justificou-se a ausência do Conselheiro Reginaldo da Silva Gouvea na reunião anterior, do mês de outubro e a importância da presença de Ubiratan, representante da REAGE e Presidente do Conselho Municipal de Curitiba. Após a leitura de documentos recebidos, relatou-se o protocolo nº 13.132.107-4, que

versa sobre pedido de informações do Ex Presidente do CONESD, Marcos Aurélio Pinheiro, a respeito do convênio (processo SICONV 044011/2012) sobre a aquisição de equipamentos com o intuito de fortalecer a articulação local e municipalização das políticas sobre drogas. Nesta ocasião relatou sobre os orçamentos, que permitiram a aquisição de 18 conjuntos de equipamentos, que abrangem computador, projetor e impressora, informando-se ajuste do plano de trabalho tendo em vista a inviabilidade de cumprimento do projeto original que previa repasse de equipamentos somente para Municípios de Curitiba e Região Metropolitana, com previsão a Municípios que sequer possuem Conselhos Municipais. Houve esclarecimento sobre os critérios de distribuição, que abrangeram a maioria dos Conselhos Municipais ativos, selecionados por mesorregião do Estado, áreas de vulnerabilidade como portos e fronteiras, população e número de atividades dos Conselhos Municipais a partir de levantamento realizado com relatórios sobre o último ano. Após leitura da proposta de alteração do Plano de Trabalho, deliberando-se sobre os municípios eleitos, reiterou-se a importância da participação no evento PREVINE da SENAD, que ocorrerá no final do mês de novembro, e que a Araci Asinelli irá representar o CONESD nessa oportunidade, sem prejuízo da presença dos demais Conselheiros que participarão do evento. O Conselheiro Coronel Dabul informou que a próxima reunião de 09 de dezembro ocorrerá na SETI, com início às 9h. Passando a palavra para os encaminhamentos finais, a Conselheira Araci Asinelli alegou que a Universidade Federal de Santa Catarina tem se responsabilizado pelo curso à distancia de formação de professores na região sul, e que a instituição irá realizar um encontro para expor uma amostra das ações exitosas de prevenção realizadas nas escolas, dia 17 e 18 de novembro no Centro de Convenções da Rua Barão do Rio Branco. Informou também a aprovação do CRR da UFPR na SENAD, contudo, como a Universidade teve seu ano fiscal fechado em 31 de outubro e, portanto, não pode se manifestar quanto ao requisito da descentralização das verbas, motivo pelo qual a SENAD solicitou que a Universidade rerepresentasse a proposta para o edital de 2015. A UFPR está no momento verificando os trâmites internos para que o convênio se concretize no edital ainda desse ano. Encerrou-se às 12h22 a reunião. Nada mais havendo para tratar, foi lavrada a presente ata assinada pelos Conselheiros.
